

Contratos Empresariais

Marcelo Vieira von Adamek

Aula 05: Contratos de colaboração empresarial – distribuição e concessão empresarial.

Marcelo Vieira von Adamek

CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO

- I. Os contratos de agência e distribuição no direito brasileiro.
- I.A. Os contratos de agência (e a representação comercial autônoma).
 - I.A.1. A representação comercial autônoma e a sua regulamentação.
 - I.A.1.1. A Lei nº 4.886, de 09.12.1965.
 - processo histórico: (i) Conferência das Classes Produtoras em Araxá-MG (1949); (ii) 1º Congresso Nacional de Representantes Comerciais em São Paulo-SP (1949); (iii) Projeto de Lei 1.171/1949; (iv) Projeto de Lei de Barbosa Lima Sobrinho (1961); (v) veto presidencial total; (vi) Projeto do Governo Federal (Castelo Branco), através do MIC (Ministério da Indústria e Comércio); e, por fim, (vi) a LRC.

I.A.1.2. A Lei nº 8.420, de 08.05.1992.



Marcelo Vieira von Adamek

I.A.2. O contrato de agência no CC-2002.

II.A.2.1. A tese dualista de Araken de Assis (= sem representação: agência; e com representação: representação comercial da LRC).

II.A.2.2. Outra tese dualista (agência simples e a interempresarial, ou representação comercial autônoma).

agência do CC-2002: interempresarial ou não.

agência da LRC: só interempresarial.

I.A.2.3. O CC-2002 alterou a Lei n. 4.886/1965?

pontos discrepantes: prazo de pré-aviso (30 x 90d) e presunção de exclusividade (existente no CC-2002 e inocorrente na LRC até 1992).

tese monista: CC-2002 revogou LRC (LICC, art. 2º, § 1º).

teses dualistas: lei geral não revogou a lei especial (LICC, art. 2º, § 2º).



Marcelo Vieira von Adamek

II.A.2.4. A "agência-distribuição" (CC, art. 710).

- agência-distribuição é modalidade de agência.
- CC-2002 não regulou o contrato de distribuição.
- II.A.2.4.1. Atuação como procurador, em caso de venda.
 - distribuição por conta alheia: contrato é celebrado em nome e por conta do preponente, e não em nome do agente.
 - aplicação supletiva das regras sobre mandato (CC, art. 721).
- II.A.2.4.2. A situação de depositário dos bens.
 - ⇒ bens em depósito com o agente; quando da revenda, o contrato é celebrado em nome e por conta do agenciado (agente não é revendedor).



- II.B. O contrato de distribuição *stricto sensu*.
 - concessão e distribuição: há diferenças?
 - II.B.1. O contrato de distribuição (tipicidade social e atipicidade legal).
 - II.B.2. Os contratos especiais de concessão comercial.
 - II.B.2.1. A Lei Ferrari (Lei nº 6.729, de 28.11.1979). (Dep. Renato Ferrari)
 - II.B.2.2. A franquia empresarial (Lei nº 8.955/1994 revogada pela Lei n. 12.966/2019).
 - II.B.3. O contrato de distribuição e a sua regulamentação no CC-2002.
 - II.B.3.1. Contrato legalmente atípico.
 - II.B.3.2. Regência: princípios legais de direito (notadamente obrigacional e contratual) e a analogia (fontes subsidiárias).



Marcelo Vieira von Adamek

II. A implementação da cadeia de distribuição.

II.A. "Joint venture": conceito e espécies.

Joint venture é uma associação contratual de entes (singulares ou coletivos), incluindo a derivada de direitos e obrigações sobre a propriedade de uma participação societária, que tem por objeto auferir ganhos econômicos para as partes envolvidas durante um período razoável de tempo (ou por tempo indeterminado) e na qual todas as partes estão aptas a exercer considerável controle e influência sobre a forma escolhida (gestão conjunta).

II.A.1. "Equity Joint Venture" ("Corporated Joint Venture"): características distintivas → envolve a formação de uma sociedade.

II.A.2. "Contractual Joint Venture": características e espécies. → não envolve a formação de uma sociedade.



Marcelo Vieira von Adamek

II.B. A distribuição de produtos no exterior.

- II.B.1. Modalidades contratuais mais usuais no comércio internacional.
- II.B.2. Distribuição x agência: alguns pontos a sopesar na escolha do tipo.
 - discussão lembra o problema da escolha dos tipos societários.
 - II.B.2.1. Impactos tributários.
 - ⇒ ISS (sobre comissões) x impostos de importação e ICMS (na revenda).
 - II.B.2.2. Risco cambial.
 - contrato internacional x contrato interno.
 - II.B.2.3. Obtenção de crédito e risco de crédito.
 - ⇒ fabricante estrangeiro apenas dá crédito a pessoa de sua confiança: distribuição.

Marcelo Vieira von Adamek

II.B.2.3. Obtenção de crédito e risco de crédito.

- ⇒ distribuição: risco de crédito é do distribuidor.
- agência: risco de crédito maior é do agenciado (que, ademais, terá eventualmente gastos de cobrança).

II.B.2.4. Responsabilidades perante terceiros.

- ⇒ distribuição (responsabilidade): distribuidor > ou = fornecedor.
- ⇒ agência (responsabilidade): agente < agenciado.



Marcelo Vieira von Adamek

II.B.2.5. Indenizações especiais (lei só prevê para o representante).

II.B.2.6. Investimentos (publicidade e clientela). regulação contratual; mas, normalmente, os gastos são maiores na distribuição.

II.B.2.7. Formação progressiva da cadeia de distribuição.



| | Distribuidor ou concessionário | Representante ou agente <u>sem</u> mandato | Representante ou agente <u>com</u> mandato | Representante subordinado (viajante) |
|---|--|--|---|---|
| Funções típicas | Adquire e revende em nome próprio | Transmite ordens ao produtor | Conclui contratos em nome e por conta do produtor | Atua como agente (com ou sem mandato), mas sob controle do fabricante |
| Remune- ração | Diferença entre preço de aquisição e de revenda | Comissão sobre negócios efetivados (obrigação de resultado) | | Comissão ou fixa (mensal), ou misto. |
| Ônus suplemen- tares (para o dono do negócio) | Nenhum (em certos países, há indenização de provisão e/ou clientela) | Comum a indenização de rescisão ou de clientela; excepcionais, ônus previdenciários. | | Pesados: indenização de rescisão, previdenciária, trabalhista etc. |



| | Distribuidor ou concessionário | Representante ou agente <u>sem</u> mandato | Representante ou agente <u>com</u> mandato | Representante subordinado (viajante) |
|---|--|--|--|--|
| Ônus de organização para o produtor | Pequenos: a revenda é obrigação do concessionário | Médios (+): o produtor fatura para os clientes | Médios (-): sobre- tudo quando o agente mantém o depósito | Fortes: o produtor deve controlar a gestão |
| Controle de política de venda da clientela | Fraco: pode-se acentuar contratualmente, mas o produtor pode perder a clientela | Médio: muito dependente do contrato, e o fabricante conhece o cliente e seus endereços, pois fatura. | | Forte: o fabricante pode determinar os detalhes da ação do viajante |
| Riscos comerciais | A cargo do concessionário | Quase todos a cargo do produtor | | Todos do produtor |



Marcelo Vieira von Adamek

CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO:

I. Conceito, classificação e elementos.

I.A. Conceito e partes.

I.A.1. Partes: distribuidor/fornecedor (principal); ou concessionário/concedente (sempre profissionais).

I.A.2. Conceito.

Contrato de distribuição é aquele pelo qual um fabricante obriga-se a vender, continuadamente, a um distribuidor, que, por sua vez, se obriga a comprar, com vantagens especiais, produtos de sua fabricação, para posterior revenda, em zona determinada" (Claudineu de Melo).

ADE DE DE DE

Contratos Empresariais (aula 05): distribuição e concessão empresarial

- I.B. Elementos constitutivos.
 - **I.B.1**. Qualidade das partes.
 - contrato interempresarial.
 - fabricante (se não for fabricante, há revenda simples?) e distribuidor.
 - I.B.2. Obrigação de compra e venda continuada (estabilidade).
 - ⇒ não se trata de mera obrigação de compra eventual ou periódica.
 - ⇒ não é de execução instantânea, mas contínua (como o fornecimento).
 - **I.B.3**. Concessão de vantagens especiais ao distribuidor.
 - se não houver vantagens para o distribuidor, será mera compra e venda.

- I.B.4. Destinação do produto à revenda (e não para consumo próprio).
 - ⇒ se o produto se destinasse ao consumo ou fabricação, haveria contrato de fornecimento.
- **I.B.5**. Zona determinada (com ou sem exclusividade): conceito espacial e material.
 - atuação exclusiva ou não.
 - exclusividade: território / linha de produto.
 - normalmente: obrigação de não atuar fora do território.
- **I.B.6**. Autonomia (sem subordinação hierárquica, mas com subordinação econômica e integração empresarial na concessão).
 - padrões de qualidade e controle são impositivos para a rede.



- I.C. Elementos incidentais.
- I.D. Classificação.
 - **I.D.1.** Contrato relacional; contrato-quadro; de integração; de colaboração.
 - **I.D.2.** Nominado, atipicidade legal e tipicidade econômica e social.
 - **I.D.3.** Sinalagmático (ou bilateral).
 - I.D.4. Oneroso.
 - I.D.5. Comutativo.
 - I.D.6. Consensual.
 - I.D.7. Duradouro (execução continuada).
 - **I.D.8.** *Intuitu personae.*

- I.E. Forma: escrita ou verbal?
- **I.F.** As exclusividades de zona (territorial) e de aprovisionamento.
 - I.F.1. Exclusividade territorial.
 - **I.F.1.1.** Forma e prova do ajuste.
 - **I.F.1.2.** Clientes e produtos reservados.
 - **I.F.1.3.** Exclusividade de linha e o problema dos substitutos (perfeitos ou imperfeitos).



- **I.F.2.** Exclusividade de aprovisionamento (= distribuidor só pode adquirir e distribuir os produtos do fornecedor, e não de concorrentes).
- **I.F.3.** Consequências da violação da cláusula de exclusividade.
- cláusula contratual usual: comissionamento.
- silêncio contratual: indenização por perdas e danos (resultado prático equivalente ao de uma comissão, embora sujeita a atividade probatória mais complexa).



Marcelo Vieira von Adamek

I.F.4. Eficácia perante terceiros e princípio da relatividade dos contratos.

⇒ sobre a possível responsabilidade civil extracontratual e solidária do partícipe do inadimplemento contratual, vide: Antonio Junqueira de Azevedo (RT 750/113):

"Assim sendo, diante de todo o exposto, não temos dúvida de que a Companhia Distribuidora de Petróleo OIL, além das providências judiciais e ações de inadimplemento que lhe competem contra seus postos revendedores, que adquiram ou venham a adquirir combustíveis de distribuidoras estranhas, tem também diretamente, contra essas mesmas distribuidoras, direito, quer de impedir o ato ilícito, quer, se cometido o delito, de obter indenização cabal".

outro problema: importação paralela.



- **I.G.** Duração do contrato.
 - **I.G.1.** Contrato por tempo indeterminado.
 - **I.G.2.** Contrato por prazo determinado (forma mais usual).
 - **I.G.3.** Prorrogação da relação contratual e as cláusulas extravagantes.
 - problema conexo: é possível em juízo impor a continuação do contrato ou o caso se resolve necessariamente em perdas e danos?
 - ⇒ sobre a impossibilidade de impor a renovação do contrato.
 - cláusula de exclusividade: prevalece na prorrogação meramente fática?



Marcelo Vieira von Adamek

II. O contrato de distribuição e as figuras afins.

II.A. Compra e venda.

- distribuição pressupõe compra e venda continuada, para ulterior revenda; a compra e venda encerra em si mesma (não há ciclo ulterior).
- distribuição é contrato de integração.
- preço: na distribuição, há a concessão de vantagens especiais; na compra e venda simples, é discutível, em certas situações, a concessão de vantagens especiais a certas pessoas.



- **II.B.** Fornecimento (em sua manifestação mais simples, a distribuição se exterioriza pelo contrato de fornecimento, que nada mais é do que uma compra e venda continuada).
 - ⇒ função econômica: distribuidor compra para revender; no fornecimento, ao revés, o comprador adquire para consumir ou alocar na produção (insumo), isto é, para satisfazer uma necessidade própria.
 - remuneração do distribuidor: vantagem especial, que lhe possibilita revender com lucro; no fornecimento, o ganho advém eventualmente da produção, com o bem fornecido.



Marcelo Vieira von Adamek

II.C. Agência ou representação comercial autônoma (vide JB 141/127 e 141/136).

- agente é intermediário; distribuidor: compra e revende em nome próprio.
- remuneração do agente é comissão; remuneração do distribuidor é a margem de lucro (diferença entre o valor de compra e revenda).
- risco de crédito: na agência, é do preponente; na distribuição, do distribuidor.
- → o problema da venda de assinaturas de jornais: preço de venda fixo e preço de revenda fixo seria comissão ou margem de comercialização ?



Marcelo Vieira von Adamek

II.D. Franquia ou franchising (conceito legal: art. 1º da Lei n. 13.966/2019).

- a franquia normalmente implica em transferência de know-how e tecnologia.
- franqueador eventualmente produz os bens por conta própria (não compra do franqueador).
- remuneração do franqueado sob a forma de royalties.
- supressão de compra e venda: impossível na distribuição; admissível, em certas situações, na franquia.

II.E. Comissão.

- comissário atua em nome próprio (tal como o distribuidor), mas compra ou vende uma mercadoria que não é sua (mas do comitente).
- preço da venda é do comitente (comissário recebe apenas comissão); na distribuição, o preço da (re)venda é do distribuidor.



Marcelo Vieira von Adamek

III. Direitos e deveres das partes.

III.A. Direitos e obrigações do distribuidor (extraídos, muitos deles, da praxe).

III.A.1. Obrigação de promover vendas no território.

usual: quotas de venda fixadas periodicamente.

III.A.2. Obrigação de cumprir metas de venda (cautelas).

problema: características do produto; e preço.

III.A.3. Obrigação de promover os produtos (marketing, campanhas e participação em feiras e eventos, e a sua interdição).

III.A.4. Obrigação de atender os consumidores e prestar assistência técnica.

problema: custos; e produtos revendidos por terceiros.



- III.A.5. Obrigação de fornecer relatórios.
 - cautela: "sempre que exigido" etc.
- III.A.6. Obrigação de manter estabelecimentos adequados e uniformes.
 - problema: custos.
- III.A.7. Obrigação de não modificar os produtos ou a sua embalagem.
- III.A.8. Obrigação de manter estoque adequado (de volume e sortimento).
- III.A.9. Obrigação de seguir listas de preços ou praticar preços uniformes.
 - cautela: preços discriminatórios; "custo Brasil".



Marcelo Vieira von Adamek

III.A.10. Obrigação de sigilo.

III.A.11 Obrigações relacionadas a direitos de propriedade industrial.

III.A.12. Obrigação de não-concorrer ou atentar contra a cadeia.



Marcelo Vieira von Adamek

III.B. Direitos e obrigações do fornecedor (extraídos, muitos deles, da praxe).

- III.B.1. Obrigação de atender os pedidos de compra do distribuidor.
 - ⇒ regular forma de colocação de pedido e prazos de embarque.
- III.B.2. Obrigação de praticar preços uniformes.
 - adifícil imposição ao fornecedor.
- III.B.3. Obrigação de respeitar a zona.
- III.B.4. Obrigação de avisar, instruir e auxiliar o distribuidor.
- III.B.5. Obrigação de promoção (material publicitário, feiras etc.).
 - fornecer material sem custo etc.
- III.B.6. Obrigação de assegurar a conformidade do produto e manuais.

Marcelo Vieira von Adamek

IV. Extinção do contrato de distribuição.

IV.A. Causas extintivas.

IV.A.1. Caducidade.

⇒ não há direito legal à renovação compulsória do contrato.

IV.A.2. Resilição bilateral (mútuo acordo).

IV.A.3. Denúncia unilateral imotivada.

IV.A.3.1. Pré-aviso: prazo e modo de exteriorização.

IV.A.3.2. Denúncia intempestiva ou de má-fé: efeito (= dever de indenizar).



Contratos Empresariais

Marcelo Vieira von Adamek

Aula 05: Contratos de colaboração empresarial – distribuição e concessão empresarial.